

# Imagens e Ideologia nas Cunhagens de Teodósio I\* 1

---

---

*Carlos Augusto Ribeiro Machado*

## **Abstract**

*Historians of the Later Roman Empire have always been concerned with the Emperor's image and representations. One problem with this is that many of these historians have often confused the imperial image with the extent of the imperial power. It is the aim of this article to ask some questions and advance some objections to this commonly held opinion, taking the Theodosian mints at the Museu Histórico Nacional (RJ) as evidence.*

A figura do imperador romano no chamado Baixo Império é um tema historiográfico recorrente na literatura sobre este período. É curioso observar, no entanto, que por um bom tempo pareceu haver um certo consenso a respeito de como essa figura deveria ser caracterizada. Enquanto para o Alto Império observava-se uma oposição entre autores que, seguindo Theodor Mommsen, definiam o imperador de maneira “quase-republicana” e outros que enfatizavam seu caráter monárquico, para o período que se inicia aproximadamente com Diocleciano e Constantino todos concordavam a respeito do caráter centralizador e todo-poderoso dos detentores do trono<sup>2</sup>. Assim, conceitos — que na verdade funcionavam de maneira mais adjetiva do que substantiva — como “totalitarismo” ou “absolutismo”, por exemplo, eram usados sem necessidade de maiores discussões.

---

\* Versões anteriores deste artigo foram apresentadas no VI Ciclo de Debates do Laboratório de História Antiga da UFRJ, e antes disso como trabalho final do curso “Moeda e noção de valor na Antiguidade”, ministrado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Beatriz Florenzano, no MAE/USP, a quem muito agradeço pelas observações e sugestões. Tive a oportunidade de analisar, graças à boa vontade de Rejane Lobo Vieira, o acervo da Sessão de Numismática do Museu Histórico Nacional. Agradeço, ainda, ao meu orientador de Mestrado em História na FFLCH/USP, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Norberto Guarinello, e à Prof.<sup>a</sup> Dra. Neyde Theml, pelas várias observações feitas.

A figura do Imperador como cabeça de um Estado burocrático, controlando e oprimindo toda a sociedade romana, acabou se tornando quase um lugar comum historiográfico.

Isso acabou por marcar tanto trabalhos que se utilizavam de fontes literárias como aqueles que usavam fontes materiais como evidência: não importa a partir de qual questionamento feito, as respostas sempre pareciam evidentes. Assim é que, em um breve — porém clássico — livro, Hans Peter L'Orange observou na uniformidade, rigidez e esquematismo dos estilos artísticos deste período um reflexo de sua monarquia orientalizada<sup>3</sup>. O abandono do classicismo artístico correspondeu, para L'Orange, ao abandono da sociedade clássica. Neste caso, e assim parecia para muitos historiadores, a ideologia imperial seria um guia fiel para o entendimento deste momento histórico. Ou então, o que nos parece mais provável, esta paisagem monótona e esse relacionamento unidirecional entre os agentes políticos neste período, seriam mais um produto ideológico daqueles que produziram as evidências do que uma suposta “realidade histórica”, como pareciam à primeira vista.

Todo o problema parece residir, na verdade, em uma postura que toma o documento escrito ou não como um acesso direto à realidade histórica. O que sugerimos, portanto, é que retomemos algumas das questões relativas a este tema para que possamos — acompanhando uma tendência recente da historiografia sobre este período<sup>4</sup> — recolocá-las de outra forma. Para isso, as cunhagens em bronze emitidas durante o reinado de Teodósio I (379-395) podem oferecer interessantes elementos. Quando Teodósio ascendeu ao trono do Oriente, completavam-se 12 anos desde que o Leste conheceria sua última emissão de *aes*, o tipo de moeda de bronze mais difundido então: a emissão desta denominação era, até o início de seu reinado, controlada pelo Imperador do Ocidente, Graciano<sup>5</sup>. Logo, no entanto, Teodósio iniciou a sua cunhagem com tipos bastante originais, procurando ressaltar a sua autonomia política, financeira e administrativa.

As moedas e seus tipos, então, tiveram um papel importante na construção da imagem de Teodósio como um imperador legítimo. Desde a segunda metade do século III, a emissão de moedas havia começado a ser centralizada e controlada pela corte. Segundo Johan van Heesch, isso ocorreu devido à necessidade do Estado romano de criar seus próprios centros de cunhagens permanentes (especialmente no Leste, onde havia maior autonomia) para o pagamento das tropas<sup>6</sup>. Isso fez com que o interesse central pela emissão de moedas e pelos tipos que seriam veiculados tivessem melhores condições de ser garantido.

É interessante observar, inclusive, que até 383 (ano da morte de Graciano), foi emitida uma moeda que trazia os três imperadores então reinantes lado a lado: Teodósio, Valentiniano II e Graciano. Nesse caso, Valentiniano II (que ainda era menor de idade) aparece entre os outros dois imperadores, como se “tutelado”<sup>7</sup>. O tipo indica que, especialmente entre a ascensão de Teodósio e a morte de Graciano, ainda era interessante para o Augusto do Oriente aparecer associado aos seus colegas do Ocidente, membros de uma família mais estável no trono (o pai de Teodósio I, também chamado Teodósio, após uma bem sucedida carreira militar, fora condenado à morte por Valentiniano I em 375). Ao mesmo tempo, enfatizava-se assim a *concordia* entre os imperadores, a idéia de unidade no comando imperial que já havia sido explorada durante a tetrarquia<sup>8</sup>.

Com uma maior ênfase após a morte de Graciano, as cunhagens próprias de Teodósio o mostrarão sozinho, como se sua legitimidade não dependesse de nenhum co-imperador mais antigo. Até mesmo porque, no mesmo ano da morte de seu colega imperador, teve início a tentativa de usurpação de Máximo (que durou até 387), o que o colocou em uma posição politicamente confortável em relação à corte imperial no Ocidente<sup>9</sup>.

Muitos historiadores e numismatas, como C.H.V. Sutherland e J. W. F. Pearce, viram nas moedas de bronze o meio de propaganda mais eficaz, dentre os disponíveis pelos imperadores<sup>10</sup>. A idéia de que na Antiguidade a propaganda política servia como um instrumento com um funcionamento equivalente ao da publicidade moderna é anacrônica, porém não se pode deixar de reconhecer a difusão que moedas de bronze como estas tinham pelo Império. Elementos como seu valor e seu tamanho tornavam-nas próprias para exercer funções como a de meio de pagamento ou de meio de troca, incentivando sua circulação. Isso, no entanto, coloca uma outra questão: já que não se deve falar em “propaganda” neste sentido, qual era o impacto que os tipos monetários tinham sobre as populações de então? Niels Hannestad definiu este problema de maneira bastante clara: não só as moedas, como toda a arte imperial eram um instrumento da política da corte. Tipos monetários ou monumentos como o Obelisco de Teodósio concorriam, todos, para incutir nas consciências dos súditos uma mensagem política muito bem definida e que não toleraria contestações<sup>11</sup>.

Nem todos os historiadores, no entanto, concordam com essa abordagem. Algumas correntes historiográficas já vêm há algum tempo se pronunciando de maneira negativa não só a esse respeito, como para outros aspectos da arte imperial. Chamam a atenção para os perigos aos quais uma racionalidade moderna, funcionalista e anacrônica pode levar<sup>12</sup>. No

caso dos tipos monetários, um artigo publicado em 1983 pelo numismata inglês Michael Crawford explicita bem esta abordagem: para ele, os romanos davam muito pouca importância para as imagens estampadas nos reversos. Quando observavam mais detidamente uma moeda, era para procurar símbolos da autoridade emissora, e não para analisar e decifrar imagens (apenas procuravam, portanto, a “face” da moeda)<sup>13</sup>.

A partir desta perspectiva, o estudo das moedas de Teodósio não teria uma grande relevância para a compreensão da ideologia política imperial, uma vez que nem mesmo os imperadores teriam motivos para cuidar das moedas: a variedade de tipos e de estilos seria devida ao costume ou a “pesquisas estilísticas”<sup>14</sup>. Sua relevância para aquela sociedade seria apenas no cumprimento de suas funções como dinheiro. Isso, no entanto, implicaria em desperdiçar parte do potencial que elas têm como documento histórico (além de postular uma relação exageradamente estreita entre objetivos políticos e tipos monetários). Afinal, não apenas a materialidade da moeda, como também as imagens que trazem em si (imagem no sentido de um conjunto de elementos articulados para produzir sentidos) são vetoras e reprodutoras da ordem social em que circulam<sup>15</sup>.

Se consideradas não como um “reflexo”, um “decalque” ou o produto de “pesquisas artísticas” independentes de seus produtores e comanditários, mas como um produto que é feito a partir de um sistema simbólico definido, as imagens das moedas tornam-se um importante documento para o historiador. É importante deixar claro que, aqui, não estaremos tratando da questão da percepção ou da recepção, apesar de sua importância. Uma vez que não temos informações mais detalhadas a respeito destas questões, lidaremos exclusivamente com a questão da produção e veiculação do sistema simbólico que informa a arte imperial<sup>16</sup>. Sua relação com a ideologia política de então se dá através da manipulação e apropriação de símbolos previamente conhecidos e reconhecíveis, símbolos que articulados de maneira não necessariamente coerente permitem acomodar significados divergentes naquela sociedade<sup>17</sup>.

Além disso, o próprio esquematismo que, segundo L’Orange, seria a marca estilística da monarquia de tipo oriental que se formava, indica — ao se basear em um repertório tradicionalmente estabelecido — que se pretendia veicular uma mensagem que fosse rapidamente lida, portanto sem deixar uma margem muito grande para interpretações divergentes. Um bom exemplo disso é uma moeda que mostra Teodósio em pé, segurando com uma das mãos um globo, e estendendo a outra mão para uma mulher abaixada, em posição suplicante<sup>18</sup>. Este tipo, bastante recorrente desde a épo-

ca de Augusto, podia ser entendido como a submissão de uma província ou da própria *Res Publica*, frente ao imperador que iria restaurá-la<sup>19</sup>.

Além disso, a necessidade de se fazer entender obrigava o imperador a lançar mão de símbolos tradicionais. É curioso observar, nesse sentido, que em um período tido como o da “vitória do cristianismo sobre o paganismo”, especialmente sob o reinado do imperador que estabeleceu o cristianismo como religião oficial, símbolos pagãos ainda eram usados. Apesar de agora o centro político imperial ser cristão, ainda dependia, para se comunicar com seus súditos, de símbolos pagãos diretamente associados a um outro centro político mais tradicional, Roma e seu Senado<sup>20</sup>. Assim é que uma representação tão tradicional como a da Vitória aparece de maneira tão constante nos tipos monetários de Teodósio, seja carregada por ele — e poderia haver associação mais direta? — ou então sozinha.

É curioso observar isso, quando pensamos na polêmica relacionada ao altar da Vitória em Roma, normalmente vista como uma questão puramente religiosa<sup>21</sup>. A apropriação deste símbolo por parte da corte imperial — que ainda por cima, sob a influência de Ambrósio, se afasta cada vez mais do paganismo — indica que essa questão talvez seja mais complicada do que parece. Em alguns tipos, a Vitória aparece portando ramos de palmeiras, elementos tradicionalmente associados às entradas triunfais dos imperadores em Roma em meio aos seus sucessos militares<sup>22</sup>. Em outros, ao lado da Vitória, aparece até mesmo o ideograma de Cristo, o que mostra que a nova e a velha religião não eram, afinal, tão incompatíveis assim<sup>23</sup>.

Historicamente, essa proliferação das representações da Vitória é bastante compreensível. No século IV, continuando uma difusão que se iniciou na época de Augusto, a idéia de que o Império Romano estava predestinado à “vitória eterna” era amplamente difundida entre a corte, a aristocracia, o povo romano e mesmo os povos vizinhos e inimigos<sup>24</sup>. Especialmente após a derrota para os Godos em Adrianopla, em 378, este tema se tornou uma obsessão para a sociedade romana. Isso mostra, no entanto, que a idéia de que no final do século IV a corte e o alto clero cristãos teriam sido capazes de reduzir o paganismo a uma triste lembrança de uma época de erros é, ela mesma, um engano. Um engano que chega a ser constrangedor, quando pensamos no fato de que a corte reconhecia, assim, depender simbolicamente de tradições políticas que não eram — de forma alguma — seu monopólio.

Desde o início do Império, as cerimônias de comemoração da Vitória, juntamente com as representações desta divindade, ganharam enorme



importância política, construindo uma concepção do Império e do imperador. Como observou Michael McCormick, “acima de tudo, cerimônias triunfais, propaganda e demonstrações públicas celebraram e confirmaram a dominação vitoriosa dos imperadores.”<sup>25</sup> A maneira mais clara de, através das moedas, transmitir estas mensagens era através dos antigos símbolos pagãos, que nesse caso não sofreram a concorrência cristã, apesar de terem sido cristianizados até a Idade Média.

Essa centralidade, essa importância que o tema “conquistas militares” adquiriu para a época também era abordada nas imagens de maneira mais imediata. Assim é que vários tipos monetários serão emitidos seguindo um mesmo esquema: Teodósio, em pé, com um inimigo caído, em posição suplicante ou sendo puxado pelos cabelos<sup>26</sup>. Durante todo o reinado de Teodósio esse esquema circulou, permitindo aos seus súditos interpretá-lo de mais de uma maneira. A associação mais evidente é a entre inimigos e bárbaros, segundo um esquema que remonta à época de Augusto<sup>27</sup>. No entanto, nada impede que, em um período marcado por duas grandes tentativas de usurpação, o inimigo fosse visto como o usurpador. O importante é que o imperador fosse marcado como o vitorioso, não importa contra quem. Assim, encontramos o par da moeda com a representação da Província à qual nos referimos mais acima. Nos dois tipos Teodósio é a grande personagem, clemente em um caso e vitorioso no outro. O que não deixa de ser sintomático, quando sabemos das dificuldades que teve para lidar com as tentativas de usurpação (principalmente a primeira, que se estendeu por 4 anos).

Além dos temas veiculados, alguns aspectos formais reforçam a imagem do imperador que se quer transmitir. Em geral, as imagens não são limitadas por nenhuma moldura que não sejam as inscrições, como se aparecessem fazendo parte de um mesmo conjunto. As imagens são muito abstratas e simplificadas, o que combina em muito com os estilos artísticos adotados na época<sup>28</sup>. Para o “usuário” que observa a moeda, portanto, a mensagem que ela transmite é o único referencial visual, é o centro das atenções. Esquemática e abstrata, a imagem tem sua eficácia simbólica, no sentido definido por Lévi-Strauss, ampliada<sup>29</sup>: ao invés de ser historicizada, e portanto restringida, por detalhes visuais, fornece apenas um estímulo para a imaginação de quem a observa, que a partir de esquemas iconográficos tradicionais irá interpretá-la.

Teodósio, assim, aparece nestas imagens como um comandante militar vitorioso, responsável por reerguer o Império, além de ser a própria encarnação de Roma e sua glória. Isso, no entanto, bastaria para caracterizá-lo em meio ao panorama político baixo imperial? O fato de esta ser a

ideologia que a corte pretende difundir não basta para que possamos considerá-la legítima ou efetiva. No entanto, se tomarmos (de uma maneira bastante vaga) a política não como a “arte do possível” apenas, mas também como a arte de tornar possível o necessário, então estas imagens ganham uma grande importância para os historiadores. É através delas que o imperador tenta se legitimar como única autoridade política em todo o Império, o único “centro” político legítimo e necessário.

Os historiadores em geral tendem a encarar as relações entre as categorias “Ideologia” e “Legitimação” ou como algo imposto pelas classes dominantes ou seguindo uma tipologia weberiana que não explica por que nem quando as pessoas reconhecem um poder como legítimo<sup>30</sup>. Entre outras coisas, para ser considerado um imperador legítimo, Teodósio precisava formular suas justificativas em termos compatíveis com a cultura política com a qual lidava. Assim é que podia apresentar-se de maneira francamente militarizada, baseando a fonte de sua autoridade em sua bem sucedida liderança militar e na sacralidade de seu cargo. O imperador, assim, não precisa mais se apresentar como o cidadão modelo, o “príncipe do Senado”, como na época de Augusto: pode tentar derivar sua legitimidade de outras fontes que não a aristocracia romana<sup>31</sup>.

No entanto, mesmo para proclamar sua independência frente às tradicionais instituições legitimadoras, Teodósio ainda precisava fazer uso de uma linguagem tradicional: é o caso das representações da Vitória, imediatamente associadas à estátua da Vitória, localizada justamente no Senado de Roma. Ao mesmo tempo, é obrigado a observar e respeitar os códigos de comportamento e de relacionamento político que regem as tensas e muitas vezes violentas relações entre os diversos agentes dessa época — como mostrou Peter Brown, era dessa maneira que se entendia a *Paideia* que distinguia as elites do resto da população<sup>32</sup>. Para se apresentar como o responsável pela restauração da glória do Império, fez uso de um esquema da “restituição da *Res Publica*”, o que até poderia parecer um paradoxo. Assim, é preciso distinguir o que a ideologia imperial proclama (a quase onipotência do Imperador) da realidade que é obrigada a enfrentar: durante seu reinado, várias vezes Teodósio foi obrigado a negociar com aristocratas como Ambrósio e Símaco, ou até tolerar temporariamente usurpadores como Máximo.

Ao se apropriar de símbolos tradicionais, Teodósio reconhecia os limites de seu poder de maneira mais realista do que certos historiadores o fizeram recentemente<sup>33</sup>. Além de mostrar os limites políticos do poder imperial no Baixo Império, a análise destas imagens também permite questionar os limites da tão anunciada “vitória do cristianismo”. Talvez seja

necessário que se adote uma postura mais prudente e cautelosa quando se tenta lidar com este período, deixando espaço para suas especificidades e suas continuidades com relação ao Alto Império.

### Notas

<sup>1</sup> Para comodidade do leitor, utilizamos dois catálogos para identificar as moedas às quais fazemos referência neste artigo: o de Henry Cohen, *Description Historique des Monnaies Frappées sous l'Empire Romain*, vol.8, Paris: Rolin & Feuardant, 1892 (citado abreviadamente como *Cohen*), e o volume 9 do *Romani Imperial Coinage: Valentinian I- Theodosius I* (org. JWF Pearce), London: Spink and Sons, 1951 (citado como *RIC*).

<sup>2</sup> Andrew Wallace-Hadrill discute as tendências da historiografia que lida com este problema para o principado em "Civilis Principis: Between Citizen and King", *Journal of Roman Studies*, 72, 1982: 32-48.

<sup>3</sup> No livro *Art Forms and Civic Life in the Late Roman Empire*, Princeton: Princeton University Press, 1965.

<sup>4</sup> Cf., por exemplo, os livros de Peter Brown, *Authority and the Sacred* (Cambridge: Cambridge University Press, 1995) e *Power and Persuasion in Late Antiquity* (Madison: University of Wisconsin Press, 1992).

<sup>5</sup> Segundo J. W. Pearce, *RIC*, p.XVIII.

<sup>6</sup> Cf. de Johan Van Heesch, "The last civic coinage and the Religious Policy of Maximinus Daza (AD 312)", *Numismatic Chronicle*, 153, 1993, p.65.

<sup>7</sup> *Cohen*, v.8, p.156, no 24.

<sup>8</sup> Para uma discussão dessa idéia, veja de Roger Rees, "Images and Image: a re-examination of tetrarchic iconography", *Greece and Rome*, 40 (2), 1993: 181-200 e ainda o já citado livro de H.PL'Orange, *Art Forms...*

<sup>9</sup> As relações políticas dessa época têm no livro de John Matthews, *Western Aristocracies and Imperial Court, AD 364-425* (Oxford: Clarendon Press, 1990), sua melhor análise.

<sup>10</sup> Cf. J.W.Pearce, Op.Cit., p. XV e C.H.V.Sutherland, *Coinage in Roman Imperial Policy*, London: Methuen & Co., 1951, e ainda do mesmo autor, *Roman Coins*, London: Barrie & Jenkins, 1974.

<sup>11</sup> Em seu livro *Roman Art and Imperial Policy*, Aarhus: Aarhus University Press, 1988.

<sup>12</sup> É o caso, por exemplo, do artigo de Paul Veyne, "Propagande expression roi, image idole oracle", in: Idem, *La Société Romaine*, Paris: Seuil, 1991, p.321.



<sup>13</sup> Cf. "Roman imperial coin types and the formation of public opinion", in: Brooke, C.etalii, *Studies in Numismatic Method Presented to Philip Grierson*, Cambridge: Cambridge University Press, 1983, pp. 47-64.

<sup>14</sup> Cf. Crawford, Op.Cit., p. 59 e Veyne, Op.Cit., p. 317.

<sup>15</sup> Deve-se tomar as moedas, portanto, como objeto de conhecimento ligado ao campo da cultura material, no sentido discutido, entre outros, por Ulpiano Bezerra de Meneses, em "A cultura material no estudo das sociedades antigas", *Revista de História*, NS, 1983 (115): 103-117.

<sup>16</sup> Esperamos que fique claro que não consideramos estas noções de menor importância, assim como temos consciência da série de considerações que somos obrigados a deixar de lado ao adotarmos o ponto de vista expresso aqui. Cf de Andrew P. Gregory, "Powerful Images: responses to portraits and the political uses of images in Rome", *Journal of Roman Archaeology*, 7, 1994: 80-99.

<sup>17</sup> Cf. Geertz, C. *A Interpretação das Culturas*, RJ: Guanabara, 1989.

<sup>18</sup> *Cohen*, v.8, p.157, no 27 e *RIC*, p.150 no 26c e p.284 no 42d.

<sup>19</sup> Para a moeda de Augusto e o tema da *Res Publica Restituta*, cf. de Paul Zanker, *The Power of Images in the Age of Augustus*, Ann Arbor: University of Michigan Press, 1988, pp.89-98. Cf. ainda, sobre a questão das províncias, o artigo de Nicole Méthy, "La représentation des Provinces dans le monnayage romain de l'époque impériale (70-235 ap.J.-C)", *Quaderni Ticinesi di Numismatica e Antichità Classiche*, 21, 1992: 267-296.

<sup>20</sup> Esta idéia é desenvolvida na obra de Peter Brown, Op.Cit., p.11 e por Alberto Manodori, "Continuidade e mutamento nell'iconografia dell'imperatore dal paganesimo al cristianesimo", *Bolletino di Numismatica*, Serie I, 1985 (4): 15-41.

<sup>21</sup> Cf., para essa perspectiva, cf. a tese de doutoramento de Valberto Dirksen, *Considerações sobre a Polêmica entre Cristãos e Pagãos em Decorência da Política Religiosa de Graciano*, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979. A documentação sobre essa questão foi reunida em Jill Harries e Brian Croke, *Religious Conflict in Fourth Century Rome*, Sidney: Sidney University Press, 1982, esp. o capítulo 2.

<sup>22</sup> *Cohen*, v.8, p.159, no 43. A identificação no *RIC* não foi possível, uma vez que o exergo está ilegível.

<sup>23</sup> P.e., *Cohen*, v.8, p.158, no 30 e *RIC*, p.188, no 65b e p.246 no 26b.

<sup>24</sup> Cf. de Michael McCormick *Eternal Victory: Triumphal Rulership in Late Antiquity, Byzantium, and the Early Medieval West*, Cambridge: Cambridge University Press/Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1986.

<sup>25</sup> McCormick, Op.Cit., p.5.

<sup>26</sup> Por exemplo, *RIC*, p.245, no 25b.

<sup>27</sup> Cf.Zanker, *Op.Cit.*, pp. 189-191.

<sup>28</sup> Cf.H.P.L'Orange, *Op.Cit.* e de Ernst Kitzinger, *Byzantine Art in the Making*, Cambridge: Harvard University Press, 1977.

<sup>29</sup> Cf. "A Eficácia Simbólica", in: *Antropologia Estrutural*, RJ: Tempo Brasileiro, s.d., pp.215-236.

<sup>30</sup> A crítica a respeito destas concepções foi desenvolvida de maneira extensa por David Beetham em *The Legitimation of Power*, London: MacMillan, 1991.

<sup>31</sup> Cf., a respeito disso, a parte I de A.H.M. Jones, *The Later Roman Empire*, Oxford: Basil Blackwell, 1964.

<sup>32</sup> "Paideia era um meio de expressar distância social", observa Brown, além de fornecer um rígido código de condutas que era observado por toda a elite — impedidores inclusive. Cf. o já citado *Power and Persuasion...*, p. 39.

<sup>33</sup> Além dos exemplos já citados, conferir ainda de H.I.Marrou, *Décadence Romaine ou Antiquité Tardive?*, Paris: Seuil, 1977.